

O que o Congresso pode fazer

Para Maílson, cabe aos políticos a definição de prioridades.

Após visitas aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em Brasília, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse ter enfatizado tanto a Ulysses Guimarães como a Humberto Lucena "a crescente responsabilidade que o Congresso passa a ter, a partir deste ano, na execução do orçamento do País". Daqui para a frente, caberá ao Congresso aprovar ou não qualquer despesa adicional e indicar a fonte de recursos. O ministro afirmou sua certeza de que o Congresso estará preparado para essa atribuição e saberá definir as prioridades de despesas e cortes em função dos interesses do País.

Aos presidentes das duas casas do Congresso, o novo ministro disse também considerar "importantes e corretas" as medidas propostas pelo recente pacote fiscal e esperar que sejam aprovadas pelo Congresso Nacional. E prontificou-se a esclarecer os parlamentares sobre quaisquer aspectos que quiserem com relação ao novo plano.

Maílson da Nóbrega anunciará em bre-

ve o nome do novo assessor especial junto ao Congresso, em substituição a Aírton Soárez, já fora do cargo. Por enquanto, o ministro adiantou estar ainda à procura de "um homem competente e com vasto conhecimento dos meandros do Congresso".

Após sua reunião com o ministro da Fazenda, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, também ressaltou que "começa uma nova fase para o Congresso Nacional" com as informações e o poder de decisão sobre os "orçamentos fiscal e monetário". "Mas, é lamentável que os orçamentos das autarquias ainda não estejam sob a fiscalização do Legislativo", criticou Ulysses, acrescentando que, em compensação, "muitas atribuições que eram do Banco Central passaram à área do Legislativo".

O presidente da Câmara garantiu não ter tratado de dívida externa com o ministro da Fazenda, e que a intenção de Maílson, com sua visita, foi apenas de colocar seu ministério à disposição do Congresso. No entanto, o tema da dívida foi abordado na

visita feita mais tarde ao presidente do Senado, Humberto Lucena. O próprio Maílson, ao sair da reunião, disse não estar prevendo nenhum impasse nas negociações que naquele momento estavam sendo reiniciadas. A Lucena, contudo, o ministro havia dito que as duas próximas semanas serão de tensões, devido às negociações.

Maílson disse aos jornalistas ter havido mal-entendido em torno da carta brasileira sobre a retomada do pagamento dos juros a partir deste mês. "Houve — assinalou — uma dupla leitura. Os banqueiros entenderam ser esse um compromisso puro e simples. Mas para nós, o compromisso está condicionado à obtenção de recursos."

Maílson classificou as visitas como sendo "de cortesia, uma rotina de novo titular da pasta da Fazenda". Com Ulysses, conversou 30 minutos, sem testemunhas. Com seu conterrâneo Lucena, ficou um pouco mais, pois o assunto se estendeu ao estado de ambos, a Paraíba.